

Painel discute estratégias de integração ciência e sociedade

31/07/2024

Promover a aproximação entre a ciência e a sociedade nas políticas de CT&I. Esse foi o tema central do painel “Eixo IV – Futuros Compartilhados: Modelos Colaborativos para Integração Ciência/Sociedade”, realizado nesta terça-feira (30), durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia.

O painel abordou a diversidade na ciência e a integração da CT&I às necessidades sociais, refletindo sobre a valorização do conhecimento de povos tradicionais e a participação de grupos historicamente marginalizados, como comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, mulheres, negros e pessoas com deficiência.

O professor de ciências sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marko Monteiro, iniciou o debate apresentando diferentes modelos teóricos e normativos sobre o tema da mesa. Para ele, promover a aproximação entre a ciência e a sociedade vai muito além da popularização da ciência e da participação popular, e inclui a valorização de diversas formas de produção de conhecimento.

“Promover essa aproximação não é óbvio e não é linear. Não se resume a divulgar mais a ciência e nem chamar atores a opinar. Incorporar grupos e indivíduos envolve mudanças institucionais. Para alcançar esses objetivos que promovam a redução de desigualdades e melhorias, é preciso buscar novos arranjos de políticas científicas”, afirma.

O professor da Unicamp apresentou algumas recomendações para que a ciência seja um espaço mais plural, como a formação de

pessoas com orientação transdisciplinar, a criação de editais que comportem as especificidades de projetos colaborativos, a criação de espaços seguros para experimentações transdisciplinares paralelas aos projetos tradicionais, novas formas de avaliação científica e o apoio financeiro a regiões fora dos eixos Sul e Sudeste.

A pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e coordenadora do INCT de Ciência Cidadã, Sarita Albagli, criticou a visão do pensamento ocidental que separa a ciência da sociedade. “Essa ideia é errada. A sociedade é vista como algo externo à ciência. Algo a ser dominado e estudado. Essa é uma separação iluminista da ciência moderna”, disse.

A pesquisadora enfatizou a ciência aberta e a ciência cidadã como ferramentas para a agenda de desenvolvimento social e de lutas por direitos. No Brasil, ampliam-se as iniciativas nesse campo e sua adoção engloba amplo espectro de abordagens, atores e ações, envolvendo desafios teóricos e metodológicos. “As sociedades e grupos não querem mais ser apenas objetos de pesquisa, objeto de consulta, nem fonte de matérias-primas, querem sim estar à mesa nas decisões”, ressaltou.

De acordo com a pesquisadora do Ibict, a ciência aberta promove a transparência, o acesso aberto aos dados científicos e a colaboração entre pesquisadores e comunidades locais. Já a ciência cidadã promove o engajamento social na pesquisa, sobretudo em questões de relevância social, ambiental e territorial, com soluções e processos científicos que atendam às necessidades das comunidades.

Em seguida, a professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), Gabriela Di Giulio, refletiu sobre os desafios teóricos da temática e apresentou experiências de projetos que promovem processos científicos em colaboração com comunidades locais no Estado de São Paulo. “Esses são projetos com a perspectiva de coprodução do

conhecimento”.

A membra do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen/Ministério do Meio Ambiente), Cristiane Pankararu, abordou o tema do painel a partir da perspectiva dos povos originários. Segundo a especialista, o Brasil possui mais de 305 povos indígenas e as universidades e o ecossistema de C&T ainda não reconhecem os saberes tradicionais como tecnologias e conhecimentos científicos legítimos.

“Essa ciência diminui a minha ciência, minha raiz e matéria-prima. As minhas ciências estão em constante ebulição, transformação, movimento de informar para formar. Essas informações são passadas na oralidade, no cotidiano, no observar e fazer. O nosso laboratório é sensível. É pela sensibilidade que aprendemos as nossas ciências”, diz Pankararu.

Para ela, a ciência deve trazer a prática da escuta das comunidades e desenvolver soluções reais para resolver os problemas encontrados nos territórios. Entre os desafios a serem enfrentados, estão a regularização das terras, o combate às mudanças climáticas e ao desmatamento, o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre o seu patrimônio cultural, os direitos de propriedade intelectual sobre os seus conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e expressões culturais tradicionais.

“A ciência só terá eficácia se regularizar a situação territorial dos povos indígenas e tradicionais, respeitar a legislação vigente que nos reconhece como sujeitos detentores de direitos e não como objetos. E terceiro, precisa reconhecer que as ciências produzidas em nome da sociedade precisam respeitar a diversidade”, conclui Pankararu.

5CNCTI- Realizada pelo MCTI e organizada pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), organização social supervisionada pelo ministério, a 5ª Conferência Nacional de

Ciência, Tecnologia e Inovação tem como principal objetivo discutir com a sociedade as necessidades na área de CT&I e propor recomendações para a elaboração de uma nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) até 2030. A 5ª Conferência conta com o patrocínio Master do Banco do Brasil e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), patrocínio Ouro da Positivo e WideLabs, e patrocínio Prata da Caixa Econômica Federal e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Confira abaixo a íntegra do Eixo IV – Futuros Compartilhados: Modelos Colaborativos para Integração Ciência/Sociedade.

https://www.youtube.com/watch?v=D6_VTYc5c00 .

Fonte: Ascom/MCTI